3ª Vara Criminal do Foro da Comarca de Cascavel/PR

Edital de Leilão Eletrônico e Intimação do executado **Acir Maximiano de Souza** (CPF 059.853.069-09), nos autos da **Ação Penal – Procedimento Ordinatório** requerida por **Ministério Público do Estado do Paraná**. Processo nº **0038975-17.2017.8.16.0021**.

O Dr. **William da Costa**, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal do Foro da Comarca de Cascavel/PR, na forma da Lei. Faz Saber, aos que o presente Edital vir ou dele conhecimento tiverem e interessar possa que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

Do Leilão – O 1º Leilão terá início no dia **10/06/25**, às **15h00** e se encerrará no dia **13/06/25** às **15h00**. Não havendo lance igual ou superior à importância da avaliação no período do 1º Leilão, o 2º Leilão seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se no dia **13/06/25**, às **15h01** e se encerrará no dia **04/07/25**, às **15h00**.

Do Condutor do Leilão – O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Marcus Vinicius Yoshimi Uebara, matriculado na JUCEPAR nº 25/414-L, e será realizado por meio eletrônico através da empresa DESTAK LEILÕES no site www.destakleiloes.com.br.

Do Valor – No 1º Leilão o valor mínimo para a venda do bem apregoado será o valor atualizado da avaliação judicial. No 2º Leilão o valor para a venda corresponderá a no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado da avaliação judicial.

Do Pagamento do lance ofertado (à vista e parcelado) – O pagamento deverá ser feito à vista, em até 24 horas após o término do leilão, ou através de proposta de parcelamento, de acordo com o artigo 895 do CPC, ressaltando que conforme o § 7°do mesmo dispositivo, prevalecerá o lance à vista. A proposta de parcelamento deverá ser realizada considerando entrada mínima de 25% do valor do lance, e o saldo remanescente em até 30 parcelas indicando o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo.

Da Comissão – A comissão devida ao leiloeiro será paga à vista pelo arrematante no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lanço, conforme artigo 7º da Resolução 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça.

Dos Lances – Os lances deverão ser ofertados pela rede internet, através do site www.destakleiloes.com.br. Os lanços ofertados são irrevogáveis e irretratáveis. O usuário é o responsável pelas ofertas efetuadas em seu nome e nenhum lance ou proposta poderão ser anulados e/ou cancelados em hipótese alguma.

Da Desistência – Após a oferta de lance, fica vedada a desistência da arrematação sem a justa causa descrita no art. 903 §5º do CPC, sendo o ato considerado Fraude à Arrematação, passível de reparação de danos na esfera cível conforme arts. 186 e 927 do Código Civil, ficando ainda sujeito às penalidades na esfera criminal conforme art. 358 do Código Penal. Na ocasião de não pagamento do lance ofertado e/ou da comissão do leiloeiro o licitante ficará obrigado ao pagamento da comissão devida no importe de 5%

sobre o valor ofertado a favor dos leiloeiros, além de multa e bloqueio de cadastro. Nesta hipótese ficará autorizada a aprovação dos lanços imediatamente anteriores, desde que dentro das regras estabelecidas neste edital, que serão submetidos ao Juízo.

Dos Débitos – Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados (se houver), conforme disposto no artigo 24 do provimento CSM 1625/09. O arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

Do Cancelamento do Leilão – Nos casos de cancelamento do leilão após a publicação do edital, em razão de acordo entre as partes ou remição da dívida, ficam os executados obrigados a pagar os custos do leiloeiro, a título de ressarcimento, fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor do acordo ou do valor remido. Nos casos de desistência da ação ou adjudicação do bem, aquele que deu causa ao cancelamento ou a adjudicação deverá arcar com os custos do leiloeiro, fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da avaliação, nos termos do artigo 7º, §3º, da Resolução nº 236/2016 do CNJ. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável, no Provimento CSM 1625/09 e o *caput* do artigo 335 do Código Penal.

Bens:

1 – 01 Corrente de prata de argolas segmentadas.

Ônus – Nada consta.

Avaliação – (abril/2025) – R$30,00.

2 – Corrente de prata trançada.

Ônus – Nada consta.

Avaliação – (abril/2025) – R$30,00.

3 – Corrente de prata paralelograma.

Ônus – Nada consta.

Avaliação – (abril/2025) – R$30,00.

4 – Corrente de aço de argolas.

Ônus – Nada consta.

Avaliação – (abril/2025) – R$30,00.

5 – Relógio dourado masculino, sem marca aparente.

Ônus – Nada consta.

Avaliação – (abril/2025) – R$40,00.

6 – Relógio bronze feminino, sem marca aparente.

Ônus – Nada consta.

Avaliação – (abril/2025) – R$30,00.

7 – Relógio preto masculino, sem marca aparente.

Ônus – Nada consta.

Avaliação – (abril/2025) – R$30,00.

8 – Relógio de prata masculino, sem marca aparente.

Ônus – Nada consta.

Avaliação – (abril/2025) – R$30,00.

9 – Corrente de prata longa.

Ônus – Nada consta.

Avaliação – (abril/2025) – R$40,00.

10 – 01 Par de brincos em formato de laço.

Ônus – Nada consta.

Avaliação – (abril/2025) – R$20,00.

11 – Corrente dourada paralelograma.

Ônus – Nada consta.

Avaliação – (abril/2025) – R$40,00.

12 – 03 Anéis de tamanhos e cores variados.

Ônus – Nada consta.

Avaliação – (abril/2025) – R$30,00.

13 – Terço católico com contas pretas.

Ônus – Nada consta.

Avaliação – (abril/2025) – R$20,00.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

Ficam o Executado e demais credores intimados por meio de seu(s) advogado(s) ou, se não tiver(em) procurador(es) constituído(s) nos autos, por carta registrada, mandado, edital ou outro meio idôneo. Se o(s) executado(s) for(em) revel(éis) e não tiver(em) advogado(s) constituído(s), não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele(s) encontrado(s) no(s) endereço(s) constante(s) do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão, nos termos do art. 889 do CPC. Não consta nos autos recursos pendentes de julgamento. Nada mais. Cascavel, 07/04/2025.

William da Costa
Juiz de Direito